



Linha do Tempo

Justiça Eleitoral

TRE-SC
1945 a 2025



Linha do Tempo

Justiça Eleitoral

TRE-SC
1945 a 2025

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Rua Esteves Júnior, 68 - Centro
Florianópolis - SC - CEP 88015-130
Fone: (48) 3251-3700
Site: www.tre-sc.jus.br

Equipe de edição

Coordenação

Gonsalo Agostini Ribeiro

Conteúdo

Assessoria de Gestão da Informação

Edmar Sá

Sandra Buth Zanon

Rafael Bez Claumann

Editoração e Design Gráfico

Assessoria de Comunicação Social

Maurílio Luiz Hoffmann da Silva

Kelly de Souza Pantoja

O39

80 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral: linha do tempo/
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. - Florianópolis:
Assessoria de Gestão da Informação, 2025.

40 p.: il.

Edição atualizada até 2025.

1. Justiça Eleitoral 2. História do Brasil 3. Eleições 4. Linha do
tempo I.

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. II. Título

CDU 342.8(81)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Presidente

Des. Carlos Alberto Civinski

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Des. Carlos Roberto da Silva

Juízes Titulares

Adilor Danieli

Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho

Marcelo Pizolati

Victor Luiz dos Santos Laus

Procurador Regional Eleitoral

Claudio Valentim Cristani

Diretor-Geral

Gonsalo Agostini Ribeiro

Composição

Julho/2025

ANOS DE REINSTALAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL 1945-2025

Em junho de 2025, nosso País vive um marco especial: os 80 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral, comemorando o momento, em 1945, em que o término do Estado Novo permitiu a publicação de um novo Código Eleitoral, redemocratizando assim o País.

Além de recriar os órgãos eleitorais que haviam sido extintos pela Constituição Federal de 1937, o novo Código também modernizou os procedimentos de registro de partidos e reduziu para 18 anos a idade mínima para votar, ampliando a representação dos brasileiros nas urnas.

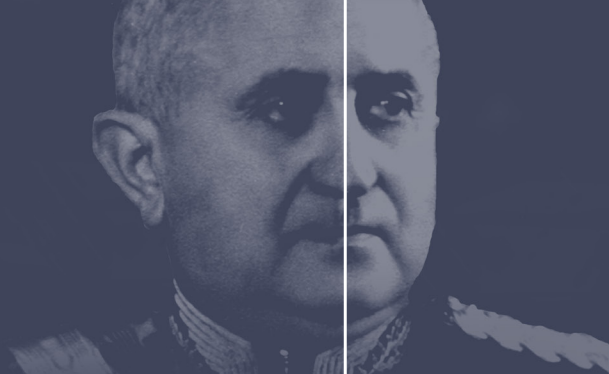
A Justiça Eleitoral – que antes dessa extinção havia existido apenas brevemente, entre 1932 e 1937 – imediatamente retomou suas atividades, com a missão urgente de restabelecer as eleições em nosso País. O TSE foi reinstalado em 1º de junho de 1945 e, em nosso Estado, a reinstalação do TRE-SC foi no dia 7 do mesmo mês, em sessão no Palácio da Justiça, na Praça Pereira Oliveira, em Florianópolis.

Dois dias depois, o TRE-SC dividiu sua circunscrição na forma das 34 Zonas Eleitorais iniciais que, assim como as 100 ZEs atuais, já abrangiam todo o território catarinense, e atendiam a população local para as questões do cadastro eleitoral e da realização de eleições.

A Justiça da Democracia se une a toda a sociedade para celebrar a data e, ao publicar este breve compêndio sobre sua História, agradece a confiança de cada cidadão ou organização catarinense que participa e contribui com a realização de eleições.

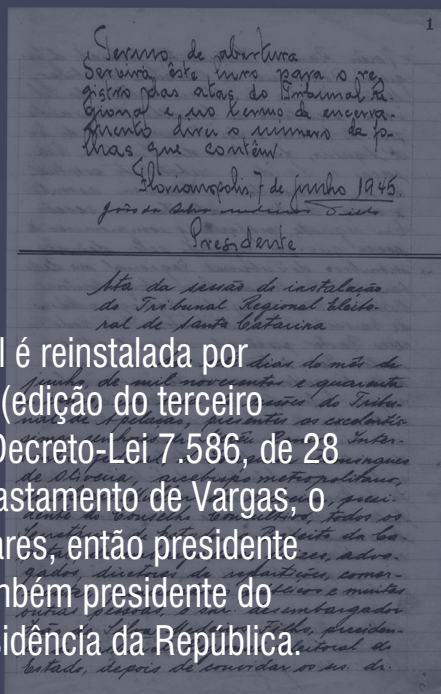
Desembargador **CARLOS ALBERTO CIVINSKI**
Presidente



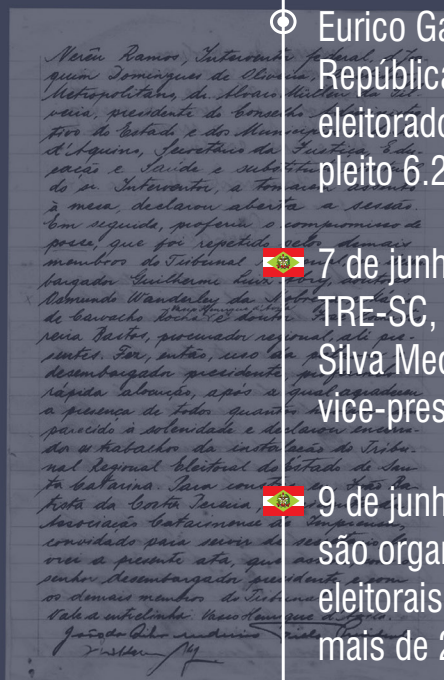


1945

A Justiça Eleitoral é reinstalada por Getúlio Vargas (edição do terceiro Código Eleitoral – Decreto-Lei 7.586, de 28 de maio). Com o afastamento de Vargas, o Ministro José Linhares, então presidente do STF, à época também presidente do TSE, assume a presidência da República.

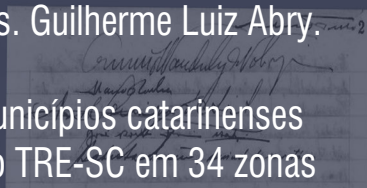


Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República, de forma direta. De um eleitorado de 7.459.849, comparecem ao pleito 6.200.805.



7 de junho: é novamente instalado o TRE-SC, sob a presidência do Des. João da Silva Medeiros Filho, tendo como vice-presidente o Des. Guilherme Luiz Abry.

9 de junho: os 44 municípios catarinenses são organizados pelo TRE-SC em 34 zonas eleitorais e 1.045 seções, contando com mais de 248 mil eleitores.

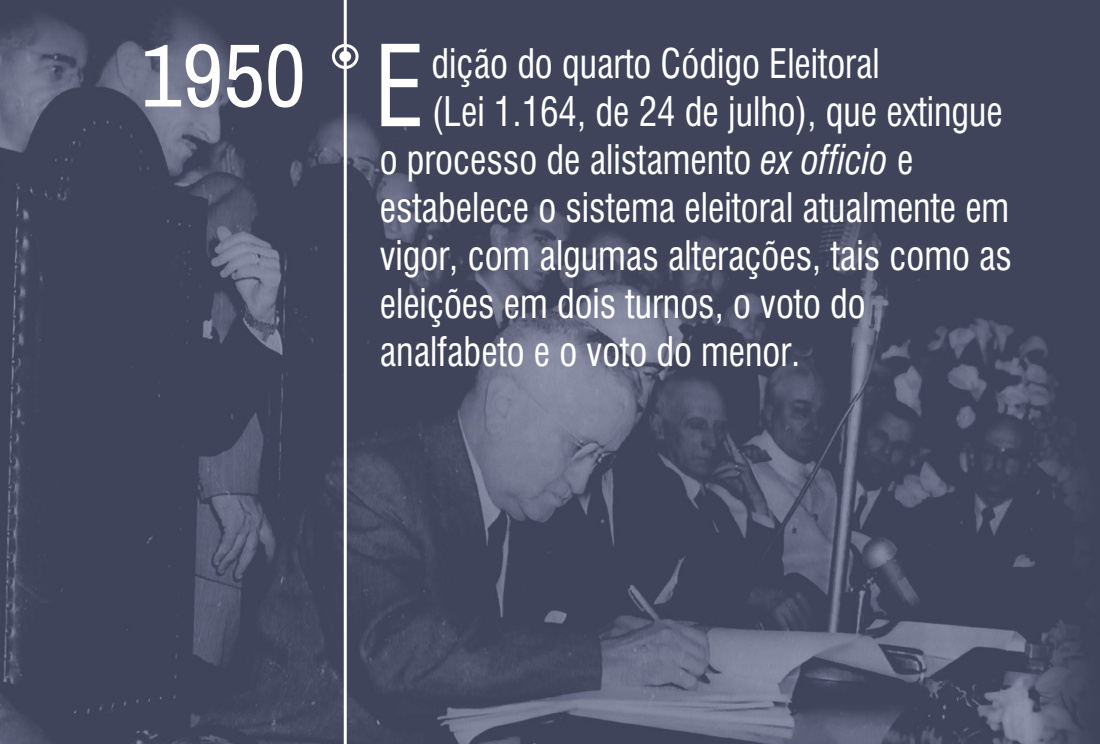


1946

5 de outubro: O Tribunal é reestruturado de acordo com a Constituição de 1946.

1950

Edição do quarto Código Eleitoral (Lei 1.164, de 24 de julho), que extingue o processo de alistamento *ex officio* e estabelece o sistema eleitoral atualmente em vigor, com algumas alterações, tais como as eleições em dois turnos, o voto do analfabeto e o voto do menor.



1955

Criação da folha individual de votação (Lei 2.550, de 27 de junho), que fixou o eleitor na mesma seção eleitoral, bem como da cédula oficial de votação – cédula única (Lei 2.582, de 30 de agosto).

1956

Início do recadastramento eleitoral, encerrado em 1957.

1959

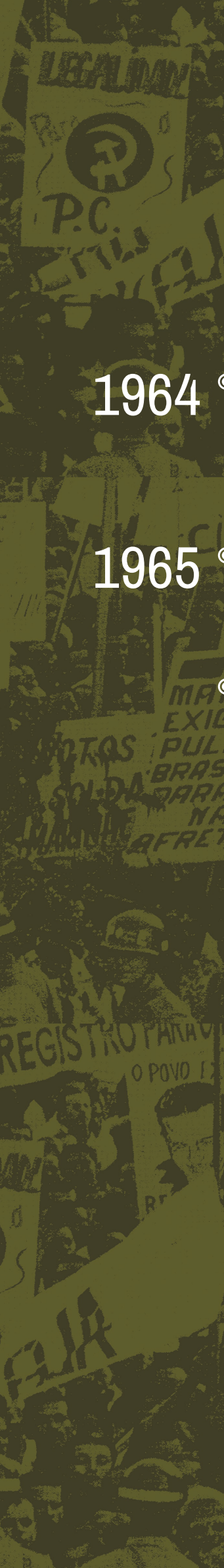
Em 14 de setembro, o presidente do TRE-SC, Des. Ivo Guilhon Pereira de Mello, encaminha expediente ao presidente do TSE, Min. Nelson Hungria, apresentando uma máquina inventada pelo cidadão catarinense Sr. João Pedro Ghiorzi, destinada às eleições.

Com essa atitude, demonstra o espírito de vanguarda de Santa Catarina e dá os primeiros passos à informatização do voto.

1963

Primeira consulta popular realizada no Brasil. Em referendo, é indicado o presidencialismo como sistema de governo. Revogada a Emenda Constitucional 4, de 2 de setembro de 1961, que instituíra o sistema parlamentarista de governo em vigor.





1964



O regime militar instaurado limita a ação da Justiça no processo eleitoral. A exemplo: até 1985, todos os presidentes da República são eleitos indiretamente.

1965

Suspensão das eleições para presidente da República e extinção dos antigos partidos políticos.

Edição do quinto Código Eleitoral (Lei 4.737, de 15 de julho), resultado de anteprojeto encomendado ao TSE pelo Presidente Castelo Branco. É o mesmo Código que, com algumas alterações, ainda está em vigor. Principais inovações propostas no anteprojeto e assimiladas no Código:

1. criação da Corregedoria Eleitoral;
2. possibilidade de apuração prévia pelas próprias mesas receptoras, em determinadas condições, ou pelas mesas e juntas, em um mesmo local;
3. registro de candidatos somente a partir de seis meses antes das eleições e restrições às campanhas aos três meses anteriores ao pleito;
4. cédula oficial para todas as eleições e em todo o País; e
5. voto no exterior para presidente da República.



t. 189 — Esta Constit
, pelas Mesas das Cas
por no dia 15 de março

Brasília, em 24 de maio
da República

1966

da Câmara dos Deputado

1967

JOÃO BAPTISTA RAMOS
Presidente

João Baptista Ramos
1.º-Vice-Presidente

João Baptista Ramos
1.º-Secretário

João Baptista Ramos
2.º-Secretário

Aniz Badra
3.º-Secretário

Antônio Alcântara
4.º-Secretário

Art. 197. Ao civil, ex-combatente da Segunda
Mundial, que tenha participado efetivamente em
ações belicas da Força Expedicionária Brasileira,
Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha
ante ou de Força do Exército, são assegurados os
direitos:

a) estabilidade, se funcionário público;
b) aproveitamento no serviço público, sem a exi-
gência do disposto no § 1º do artigo 97;
c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte
anos de serviço efetivo, se funcionário público
em administração direta ou indireta ou contribuinte da
Pensão Social; e
d) assistência médica, hospitalar e educacional, se
for de recursos.

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são
inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a
cabendo a sua posse permanente e ficando reco-
nhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas
naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos
direitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por
objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras
habitadas pelos silvícolas.

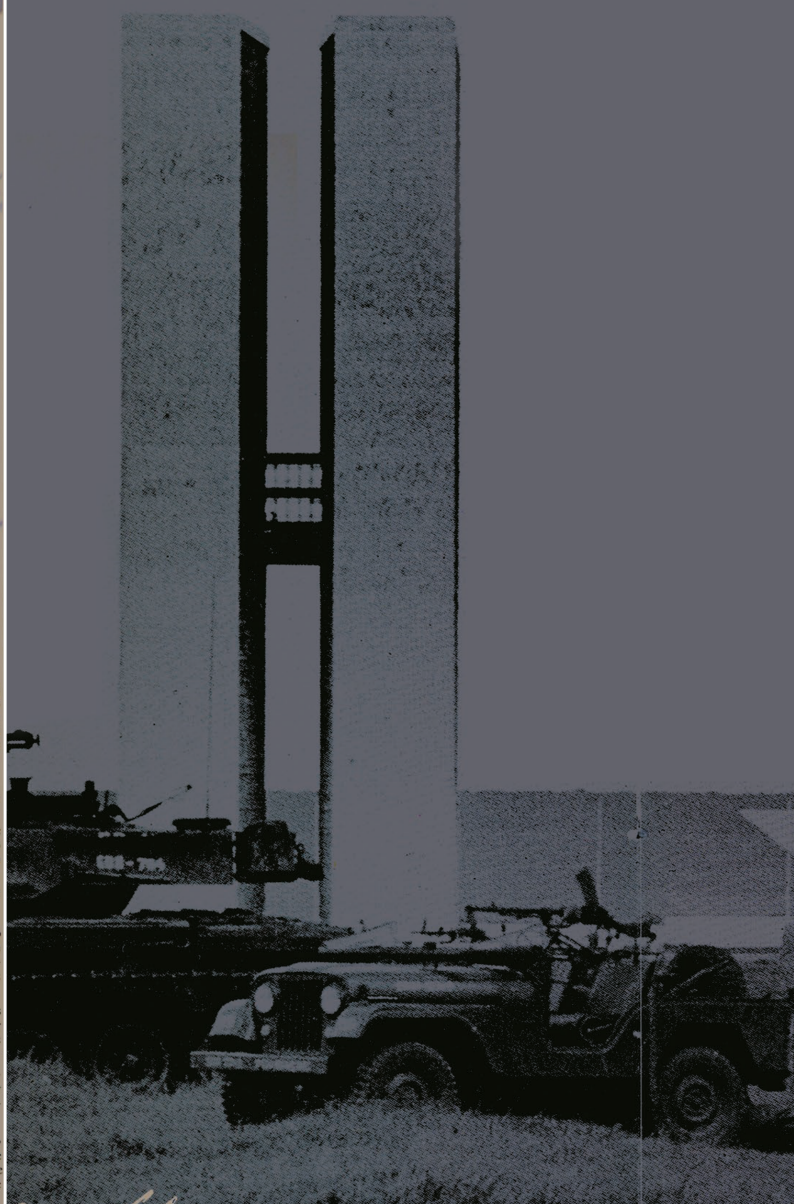
§ 2º A nulidade e extinção de que trata o pará-
grafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer
indenização contra a União e a Fundação Na-
cional do Índio.

Art. 199. Respeitado o disposto no parágrafo
do artigo 145, as pessoas naturais de nacionalidade
brasileira não sofrerão qualquer restrição em virtude
da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade
a favor de brasileiros.



Suspensão das eleições para governador e prefeito de Capital.

Emenda Constitucional 8 institui a eleição indireta para o Senado, criando o “senador biônico”: nas eleições em que dois terços do Senado fossem renovados, um dos senadores seria eleito indiretamente pelo mesmo Colégio Eleitoral que escolheria o governador.





1980

○ **I**nício da abertura política. A Emenda Constitucional 15 (de 19 de novembro) restabelece as eleições diretas para governador e senador. Organização de novos partidos políticos.

1981

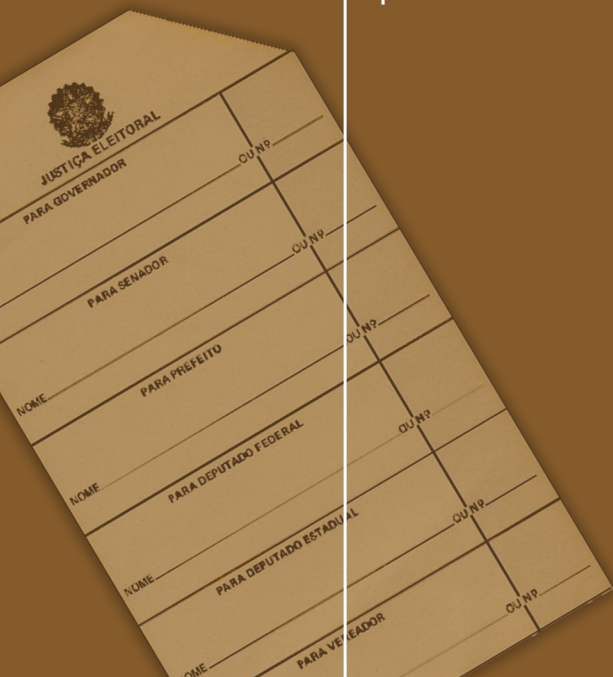
○ **A**nteprojeto de lei encaminhado ao presidente da República dispõe sobre o uso do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais.

1982

○ **A**provada a Lei 6.996 (de 7 de junho), que dispõe sobre o uso de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Retorno das eleições diretas para governador.



No município de Joaçaba – oeste de Santa Catarina – ocorrem as primeiras experiências de informatização de procedimentos eleitorais.





1983

O TRE-RS apresenta ao TSE projeto-piloto de automação do seu cadastro de eleitores.

- Proposta de Emenda Constitucional (PEC 5, de 18 de abril – Dante de Oliveira) para restabelecer eleições diretas para presidente da República: início do movimento “Diretas Já”, que se espalha pelo País até 1984. A PEC não é aprovada.





1985

Redemocratização do Brasil. Eleição do último presidente da República por processo indireto: Tancredino Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral. Fim do regime militar.

O vice-presidente, José Sarney, assume o governo do País no lugar de Tancredino Neves – não empossado devido a uma enfermidade que o levou a falecer – e torna-se o primeiro presidente da chamada Nova República.



15 de novembro: os prefeitos de capitais, de estâncias hidrominerais e de municípios considerados áreas de segurança nacional voltam a ser eleitos diretamente. Em Santa Catarina: Florianópolis, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, São José do Cedro, São Miguel do Oeste.

Aprovação da Lei 7.444 (20 de dezembro), que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e na revisão do eleitorado. Pela primeira vez na história da República, concede-se o direito de voto aos analfabetos.





1986

Recadastramento informatizado. A máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Esses procedimentos reduzem as possibilidades de fraude. Em todo o território nacional, são recadastrados 69.371.495 eleitores.

1987

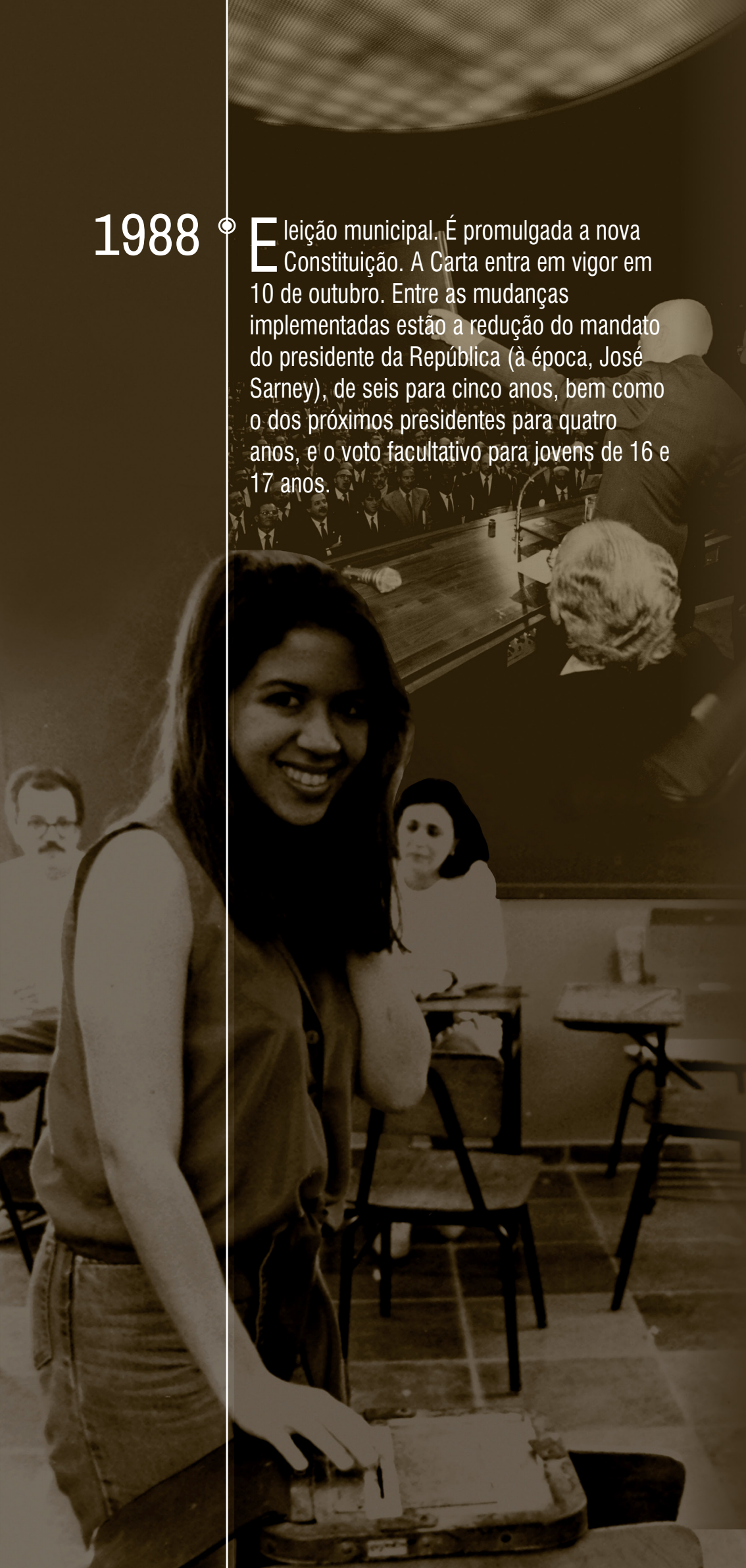
A Assembleia Nacional Constituinte eleita inicia seus trabalhos no mesmo dia em que é instalada (1º de fevereiro) e promulga a nova Constituição em 5 de outubro de 1988.

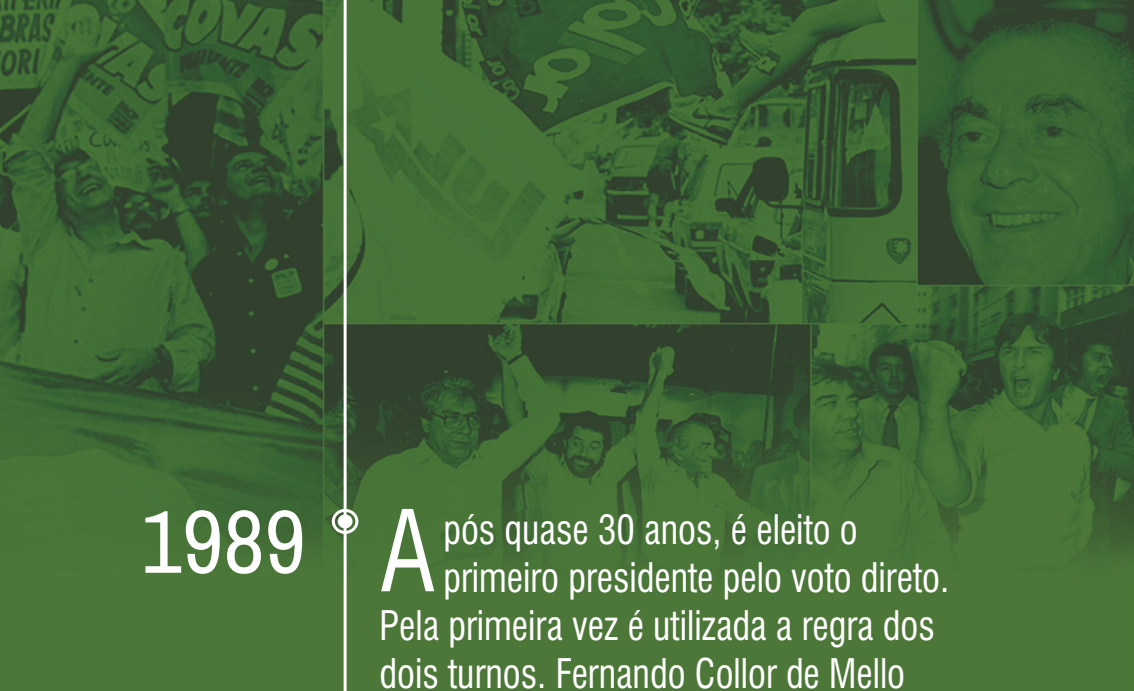


1988



Eleição municipal. É promulgada a nova Constituição. A Carta entra em vigor em 10 de outubro. Entre as mudanças implementadas estão a redução do mandato do presidente da República (à época, José Sarney), de seis para cinco anos, bem como o dos próximos presidentes para quatro anos, e o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos.





1989

Após quase 30 anos, é eleito o primeiro presidente pelo voto direto. Pela primeira vez é utilizada a regra dos dois turnos. Fernando Collor de Mello obtém 20.611.030 votos no primeiro turno e 35.089.998 votos no segundo. O eleitorado é de 82.074.718.

Os TREs são, pela primeira vez, interligados (mediante canal de voz e dados) a um computador central instalado no TSE. A recepção das informações, feita num microcomputador 386, é um sucesso!

 O TRE-SC inova o processo de totalização em parceria com o SERPRO. Via processamento eletrônico, descentraliza a entrada de dados em 7 pólos de apuração, que recebem e digitam os boletins de urna emitidos pelas Juntas Eleitorais, com transmissão *online* ao centro de processamento em Florianópolis.

 15 de novembro: no Brasil, a primeira votação eletrônica teve lugar no município de Brusque, em caráter experimental, no 2º turno das eleições presidenciais.

- ☐ 13 - LULA
- ☐ 42 - MARRONZINHO
- ☐ 31 - ZAMIR
- ☐ 22 - AFIF
- ☐ 23 - ROBERTO FREIRE
- ☐ 54 - PG
- ☐ 25 - AURELIANO CHAVES
- ☐ 12 - BRIZOLA
- ☐ 43 - GABEIRA
- ☐ 16 - PEDREIRA
- ☐ 57 - MANOEL HORTA
- ☐ 26 - CORRÊA
- ☐ 33 - CELSO BRANT
- ☐ 11 - MALUF
- ☐ 45 - MARIO COVAS
- ☐ 27 - LÍVIA MARIA
- ☐ 20 - COLLOR
- ☐ 14 - AFFONSO CAMARGO
- ☐ 56 - ENÉAS
- ☐ 15 - ULYSSES GUIMARÃES
- ☐ 51 - RONALDO CAIADO
- ☐ 55 - EUDES MATTAR





1990

Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64, de 18 de maio). Estabelece, de acordo com a Constituição, casos de inelegibilidade e determina outras providências.



3 de setembro: o TRE-SC é pioneiro na informatização de cartórios eleitorais. Das suas 80 zonas eleitorais, inicia por Florianópolis, Joinville, Criciúma, Blumenau, Chapecó e Porto União. Durante o mesmo mês, mais 17 cartórios recebem os novos equipamentos.



3 de outubro: Eleição estadual. É realizada a totalização pelas mesas apuradoras, mediante digitação dos boletins.



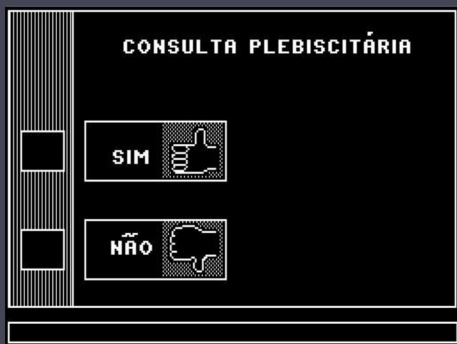
O Tribunal inova, instalando um microcomputador em cada zona eleitoral, dando maior agilidade à apuração e à divulgação. Os dados são transmitidos ao TRE-SC para a emissão do resultado estadual.



1991



Em 31 de março é realizada, pelo TRE-SC, a primeira eleição totalmente informatizada da América Latina, abrangendo as etapas do voto e da apuração: na consulta plebiscitária sobre a emancipação do distrito de Cocal (atual Cocal do Sul), município de Urussanga – 34ª zona eleitoral, no sul do Estado, votam mais de 6 mil eleitores em 16 seções eletrônicas.



1992



Em maio, instala-se Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias contra o presidente da República, Fernando Collor de Mello. Abre-se processo de *impeachment*, aprovado na Câmara e no Senado.



Eleição municipal. Totalização informatizada de apuração das eleições em aproximadamente 1.800 municípios.



1993

◉ I tamar Franco, vice-presidente, assume o governo, após o afastamento de Fernando Collor, que teve cassados os direitos políticos.

◉ Como previsto na Constituição, realiza-se plebiscito nacional, em 21 de abril, para escolha da forma e do sistema de governo: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo.

🇧🇷 O Tribunal catarinense informatiza todas as Juntas Eleitorais, desenvolvendo aplicativo que possibilita a conclusão dos trabalhos em período extremamente reduzido.

1994

🇧🇷 E m 31 de maio, encerra-se a campanha Cidadania, um Direito, que tem como *slogan* “Não basta pintar a cara, tem que pintar no posto eleitoral”. A frase faz menção aos “caras-pintadas”, que, em 1992, haviam lotado as ruas pedindo o *impeachment* do então presidente Collor. Busca-se atingir os jovens entre 16 e 18 anos e fazê-los compreender a importância do voto, que para eles é facultativo. A campanha cadastra mais de 127 mil jovens catarinenses.

**NÃO
BASTA
PINTAR
A CARA.**



1994



De 19 de abril a 3 de maio, o TRE-SC envia representante à África do Sul, que atua como observador internacional pela ONU em um dos eventos eleitorais mais marcantes do século: a primeira eleição com sufrágio universal daquele país. Pela primeira vez, permite-se que pessoas das mais diversas raças e etnias possam votar. Até então, esse direito era restrito a indivíduos de cor branca. É eleito Nelson Mandela, um dos líderes do movimento negro.



15 de novembro: ocorre a primeira experiência oficial com votação informatizada em eleição estadual. 5 seções eletrônicas são instaladas no Educandário Imaculada Conceição, 12^a zona eleitoral de Florianópolis, durante o 2º turno para escolha do governador do Estado. O evento é acompanhado pelo Min. Sepúlveda Pertence, então presidente do TSE. O projeto é de autoria do TRE-SC.



Eleição geral com totalização completamente informatizada; adoção de duas cédulas (majoritária e proporcional): Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente, com 34.377.829 votos, no 1º turno.



1995



Em 12 de fevereiro, o TRE-SC realiza a primeira eleição majoritária totalmente informatizada. Eleitores do município de Xaxim, no oeste catarinense, escolhem novos prefeito e vice-prefeito. O Min. Carlos Velloso, então presidente do TSE, acompanha o evento, dada sua importância.



19 de março: a experiência é ampliada. Pela primeira vez um evento eletrônico é realizado simultaneamente em âmbito estadual: 33 distritos catarinenses conquistam sua emancipação por meio de consulta popular, utilizando-se projeto de votação eletrônica concebido no TRE-SC.



Maio a novembro: o TRE-SC leva o voto informatizado a diversos Estados brasileiros, realizando consultas plebiscitárias oficiais em São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Tocantins, Minas Gerais, Roraima e Rondônia, além de uma apresentação da tecnologia no Rio de Janeiro.





LEI N. 9.096
(19.9.1995)

1995



Edição da Lei dos Partidos Políticos
(Lei 9.096, de 19 de setembro) –
Dispõe sobre criação, organização e
registro dos partidos políticos, programas e
estatutos; filiação, fidelidade e disciplina
partidárias; fusão, incorporação e extinção
de partidos. A lei cuida ainda das finanças,
da contabilidade e da prestação de contas,
do fundo partidário e do acesso gratuito ao
rádio e à televisão pelos partidos.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

7º O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma
seu estatuto do Tribunal Superior Eleitoral.



1996

3 de outubro: eleição municipal. Início da informatização do voto em âmbito nacional, pelo TSE. São mais de 33 milhões de cidadãos (33% do eleitorado).



Todas as capitais brasileiras e cidades com mais de 200 mil eleitores votam na urna eletrônica. A cidade de Brusque, apesar de não se enquadrar nessas categorias, é incluída como forma de reconhecimento pelos trabalhos inovadores.

1997

Edição da Lei das Eleições (Lei 9.504, de 30 de setembro). Trata das coligações; convenções para escolha de candidatos; da arrecadação e da aplicação de recursos e prestação de contas; das pesquisas e dos testes pré-eleitorais; das propagandas e do direito de resposta; do sistema eletrônico de votação e totalização; das mesas receptoras; da fiscalização; e da conduta dos agentes públicos em campanhas eleitorais.



1997

● A aprovação da Emenda Constitucional 16 (de 4 de junho), que fixa o instituto da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, bem como para quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos.



12 a 14 de maio: Florianópolis sedia o primeiro Seminário de Informática da Justiça Eleitoral – I SInJE, evento idealizado pelo TRE-SC, objetivando o contínuo aperfeiçoamento das suas atividades.

1998

● U so da urna eletrônica nas eleições para presidente da República, governadores e prefeitos, nos municípios com mais de 40 mil eleitores, totalizando 75 milhões de pessoas (71% do eleitorado).



Em Santa Catarina são 13 municípios: Blumenau, Brusque, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça, São José e Tubarão, representando 39,35% do eleitorado.

● Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente no 1º turno, com 35.936.916 votos.



2000

Eleição municipal, com votação em urna eletrônica nos 5.561 municípios brasileiros.

2002

Uso da urna eletrônica em todo o território nacional, nas eleições para presidente, dois senadores, governador, deputado federal e deputado estadual. Comparecem ao pleito 115 milhões de eleitores. Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República, após obter 39.454.692 votos no 1º turno e 52.793.364 no 2º, tendo como adversário José Serra.



2003



Junho a novembro: 60 servidores do TRE-SC recebem formação acadêmica com vista à qualificação como “Gerentes Eleitorais”. O projeto culmina com a realização do Planejamento Estratégico das Eleições Municipais de 2004.



2004

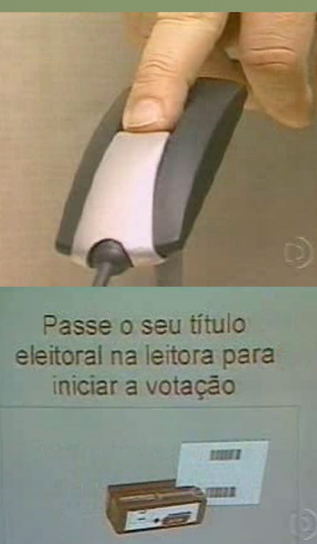
Eleições municipais com ampla participação de entidades científicas e organismos internacionais na apreciação da *performance* da urna eletrônica.

Dados da época (nacional)

Municípios	5.563
População (de acordo com projeção do IBGE)	181.581.024
Eleitorado	119.820.377
Zonas	2.900
Seções	359.322
Urnas eletrônicas	402.728
Urnas eletrônicas substituídas	1.224 (0,30%)

3 de outubro: o TRE-SC encomenda pesquisa de opinião. O estudo inédito procura levantar dados quanto à satisfação de mesários e eleitores em relação aos procedimentos da Justiça Eleitoral catarinense. Os resultados são excelentes, com mais de 90% de aprovação.

O TRE-SC apresenta o projeto Votação Eletrônica do Futuro, no qual há previsão de auto-identificação do eleitor usando inclusive a biometria. O evento conta com cobertura da mídia em âmbito nacional.



2004



8 de outubro: é implantada a Escola Judiciária Eleitoral com a primeira turma do curso de especialização em Direito Eleitoral, contando com 32 servidores do quadro do TRE-SC. O Min. Sepúlveda Pertence, então presidente do TSE, prestigia a aula inaugural.

2005



9 de março: a Sala de Sessões do TRE-SC é totalmente informatizada e preparada para a implantação do processo virtual, sendo a primeira com tais características no âmbito eleitoral nacional.



Em 30 de maio são emprestadas 1.274 urnas eletrônicas ao Paraguai em atenção a convênio de cooperação firmado entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tribunal Superior Eleitoral. As urnas seriam usadas nas eleições internas do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) no ano corrente, e nas eleições gerais paraguaias em 2006.



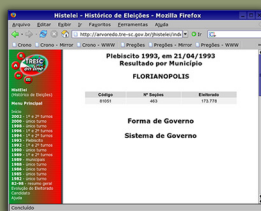
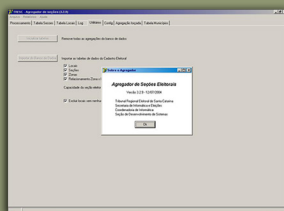
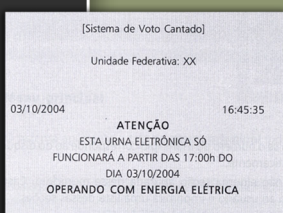
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



2005



De 1991 a 2005: são concebidos, em Santa Catarina, projetos premiados nacionalmente, incluindo a CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL VIA INTERNET; o SISTEMA AGREGADOR DE SEÇÕES ELEITORAIS, que identifica o melhor arranjo matemático para eficiência na distribuição dos eleitores em cada local; o SISTEMA DE VOTO CANTADO (SVC) para contingências de totalização; e o SISTEMA DE CONVOCAÇÃO DE MESÁRIOS (CONVOC).



60 anos após a sua reinstalação em Santa Catarina – 9º colégio eleitoral do País –, a Justiça Eleitoral encontra-se organizada da seguinte forma: 293 municípios; 102 zonas eleitorais; 4.082 locais de votação; 13.641 seções eleitorais; e 3.996.616 eleitores.



Ocorre o REFERENDO DO DESARMAMENTO NACIONAL, consulta popular sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil. Em SC, do total apurado de 3.298.549 votos, 76,64% do eleitorado respondeu NÃO à pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.



2006



As Eleições de 2006 são marcadas pela evolução da tecnologia e dos procedimentos de suporte no dia do pleito: pela primeira vez a votação foi concluída em todo o Estado sem nenhuma urna passar à votação em cédula de papel, permitindo assim a primeira totalização integralmente eletrônica em Santa Catarina.

2008



O município catarinense de São João Batista é um dos 3 selecionados – juntamente com Colorado do Oeste/RO e de Fátima do Sul/MS – para o bem-sucedido piloto nacional do PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA que atingiu 40 mil eleitores. Em 2010, este número salta para 60 municípios, contando com mais de 1.100.000 eleitores cadastrados.



2010

◉ A Lei 12.034/2009 exige ajustes da Justiça Eleitoral, pois traz novidades: voto em trânsito e de presos provisórios e menores apripionados, além da exigência de dois documentos para votar.

◉ No Brasil, foram instaladas 159 seções para o voto em trânsito. Mais de 80 mil eleitores estavam aptos a votar para o cargo de presidente da República no 1º turno e cerca de 75 mil no 2º turno.

◉ Para viabilizar o voto de eleitores com restrição provisória de liberdade, foram instaladas 356 seções para atendimento de 19.933 eleitores aptos a votar. Votaram no 1º turno apenas 10.893 e, no 2º turno, 9.843.



2012

◉ Realizadas as primeiras eleições sob a vigência da Lei Complementar 135/2010 – conhecida como “Lei da Ficha-Limpa” ou “Lei da Ficha-Suja”, conforme queira. O TSE havia entendido que a sua aplicação se daria já nas Eleições de 2010, porém, o STF se manifesta, e sua aplicabilidade ocorre somente a partir de 2012.

◉ O TRE-SC divulga 3 planos de gerenciamento para as eleições: de Comunicação; de Recursos Humanos; e de Gerenciamento de Riscos.

2014

◉ No município de São José, no 2º turno, são transmitidos os resultados das seções eleitorais diretamente dos locais de votação, proporcionando a totalização em menos de 1 hora.

◉ Reinstalado o CENTRO DE MEMÓRIA DESEMBARGADOR ADÃO BERNARDES.

2016



Instituição do Portal do Eleitor – mais uma ação inovadora do TRE catarinense –, canal eletrônico de comunicação entre a Justiça Eleitoral e os cidadãos.

2017



O TSE promove rezoneamento da circunscrição e abrangência das zonas eleitorais no Brasil.



Em Santa Catarina, 7 zonas eleitorais são extintas (passando de 106 para 99) e, como consequência, as divisões jurisdicionais e administrativas são reformuladas.



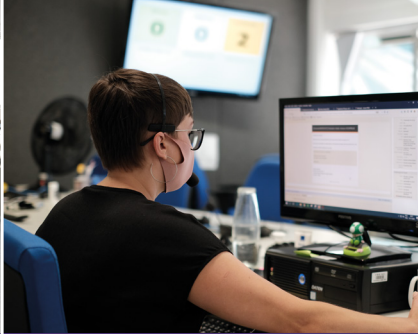
Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) – Sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – na Sede do TRE-SC, que passa a ser obrigatório a partir do dia 7 de julho.

2018



Pela primeira vez o eleitor tem a opção de se identificar para votar portando apenas o aplicativo e-Título, versão eletrônica do título eleitoral.





2019



Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), de forma escalonada nas zonas eleitorais de SC, a partir de 20 de agosto até 26 de novembro.

2020



Mesmo sob impactos relevantes da pandemia da COVID-19, a Justiça Eleitoral vence o desafio de organizar eleições seguras (para os cargos de prefeito/vice-prefeito e de vereador), adotando protocolos de segurança sanitária e realizando remotamente – pela primeira vez – parte considerável dos procedimentos preparatórios, bem como da atividade jurisdicional.

#SEUVOTO
TEMPODER

2020

2021



Por ocasião da organização inovadora das atividades de auditoria no pleito suplementar para prefeito e vice-prefeito no município de Petrolândia, em 13 de junho, observadores eleitorais internacionais atestam a transparência e a legitimidade de todos os procedimentos promovidos pela Justiça Eleitoral catarinense, garantindo os direitos políticos de candidatos e cidadãos.



A Campanha MEU PRIMEIRO TÍTULO #BORAVOTAR, lançada em setembro pelo TRE-SC, busca engajar jovens com idade de inscrição e de voto facultativos a alistarem-se como eleitores. A ação é um sucesso. No Estado, o número salta de pouco mais de 15 mil para mais de 55 mil eleitores com idade entre 16 e 17 anos.



2022



Em alusão aos “90 anos da primeira instalação da Justiça Eleitoral” é realizada homenagem aos presidentes do TRE-SC, condecorando-os pelas 9 décadas de serviço prestado à Democracia, à Sociedade e à Nação, com eleições legítimas, transparentes e participativas. Foi também inaugurada a Galeria de Presidentes do Tribunal no *hall* da Sede.



O TRE-SC apresenta o QRTot, solução tecnológica para apuração do resultado das eleições diretamente pelo cidadão, repassada ao MPSC para ser utilizada como um mecanismo adicional para atestar a integridade dos resultados divulgados pela Justiça Eleitoral.



QRTot
2022



Instalação do Gabinete de Pronta Resposta (GPR), composto por 33 instituições parceiras, para enfrentar incidentes relacionados às eleições, e do canal Ouvidoria da Mulher para atender demandas de violência política de gênero.



Lançamento da campanha institucional “Você vê – Recursos públicos em campanha” como forma de combater a corrupção nas eleições.





Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2023



Lançamento do Projeto “Escuta Ativa” para avaliar a satisfação de mesários e eleitores acerca dos trabalhos eleitorais.



Realização da campanha “Justiça Eleitoral em Movimento: nossos serviços mais perto de você”, projeto que leva a infraestrutura eleitoral a comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial, alcançando mais de 18 mil eleitores.



O Projeto Escola da Cidadania prepara cerca de 5 mil pessoas para eleições com representação diversificada, incluindo vereadores mirins e líderes indígenas.



2024



Criação do Conselho Institucional de Políticas de Gênero e Étnico-Racial, para atuar na identificação das desigualdades correspondentes no âmbito eleitoral.



Instituição e regulamentação dos Juízos Eleitorais das Garantias no âmbito do 1º grau de jurisdição.



Edição de ato normativo estabelecendo as providências de resposta contingencial a eventos climáticos e situações críticas na Justiça Eleitoral catarinense.

2025



Realização da Campanha “Acorda Mulher” como incentivo à participação feminina na política, reforçando a inclusão e a equidade de gênero no processo eleitoral.



Instituição da Comenda Defensores dos Direitos Políticos da Mulher Catarinense.



7 de junho: aniversário de 80 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral.



tre-sc.jus.br

 @trescjusbr

 /trescjusbr

 @trescjusbr

 /canaltresc

 /trescjusbr



**Justiça
Eleitoral**
de Santa Catarina